

35 Encontro Anual da ANPOCS

GT 16 – Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder

*ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG)**

Elaine Lacerda**

Esta apresentação tem como objetivo refletir sobre a ação de significativa base de atuação do Agronegócio¹, bem como sobre a ideologia sob a qual a mesma tem buscado a formatação de uma institucionalidade favorável aos interesses do empresariado rural no Brasil. Para tanto, será feito o resgate de algumas das principais frentes materiais utilizadas pelos agentes da Associação Brasileira do Agronegócio na difusão de sua visão de mundo. Inclua-se, ainda, a exposição de uma breve síntese do conteúdo publicado em obras de autores/atores ligados ao movimento político-ideológico do qual a Associação é fruto.

Devo ressaltar que buscando não só revelar os elementos constitutivos de uma visão de mundo organizadora da realidade e dos indivíduos num todo orgânico favorável à “orquestração de interesses” responsável pela reprodução do chamado “*novo rural*” brasileiro cujo modelo organizacional predominante tem sido representado pela figura de um *Sistema*, mas também as estratégias para sua difusão e atualização, esta comunicação recorrerá ao referencial teórico gramsciano.

Ao discutir a relação entre *Sociedade Civil* e *Sociedade Política*, traduzida na noção de *Estado Ampliado*, Gramsci teorizou sobre os aspectos fundamentais do processo de desenvolvimento e consolidação da capacidade de direção. Nesse sentido, o teórico lançou

¹ Mais do que uma construção com a qual os agentes da fração dominante do empresariado rural nomeiam atividades e agentes ligados à agricultura sob a representação de um *Sistema*, emprego o referido vocábulo para nomear um movimento de mobilização do aludido grupo no sentido de institucionalizar seus interesses tendo como estratégia o uso da “marca” *Agronegócio brasileiro* na construção de uma identidade organizadora da multiplicidade de atores que busca congregar. Atenção para o uso do adjetivo pátrio como meio de legitimação e reconhecimento social. O intenso processo de desnacionalização sofrido pelos negócios em torno da agricultura brasileira é ocultado. Destaque para o núcleo dirigente do movimento representado por figuras como Ney Bittencourt de Araújo e Roberto Rodrigues. Informações sobre ambos os atores serão resgatadas adiante. Cabe assinalar que para distinguir “Agronegócio” enquanto movimento político-ideológico, de “Agronegócio” enquanto ferramenta de análise econômica cuja leitura pela figura de um *Sistema* permitiria o aperfeiçoamento das partes pela visão do todo – como divulgado por representantes do empresariado rural –, o termo será destacado em itálico ou será substituído pela palavra *Sistema* quando empregado no sentido patronal.

luz sobre os estudos em torno da problemática da consolidação do poder e dos estratagemas desenvolvidos pelos agentes que o disputam.

No presente momento, destaco dois de seus conceitos: ideologia e hegemonia. De acordo com Gramsci, as ideologias podem ser divididas em dois grupos. Considerando os objetivos desta fala, ressalto as de natureza orgânica. Trata-se das ideologias que surgem como necessidade que a história apresenta. E ao serem “[...] *historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade “psicológica”*: elas “*organizam*” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 2006, v.1, p.237) Nesse sentido, a ideologia se faz presente em todas as atividades humanas – o pensador refere-se a toda e qualquer “*manifestação da vida intelectual e coletiva*” – criando a atmosfera para o consenso. Consenso que é espontâneo, dado pelas massas à orientação impressa pelo grupo dominante e que nasce historicamente do prestígio, de determinada posição/função no mundo da produção. (2001, v.2, p.21) Cabe mencionar que mais importante do que dominar é ter capacidade de direção para que o exercício da hegemonia seja possível. Exercício que materializa o poder não só de uma classe, mas de dada fração de classe diante da sociedade como um todo. A *hegemonia* residiria assim na capacidade de convencimento a qual estabelece o consenso que universaliza a ideologia por meio de instituições valorativas², de acordo com o intelectual italiano.

Atenção para a compreensão da ideologia para além de uma justificativa póstuma de um poder cuja formação depende das condições materiais. A ideologia representaria uma força colaboradora na formação de um poder que se vai constituindo, e não tanto como justificadora de um poder já constituído.

O valor conceitual dos termos apresentados é inquestionável ao pensarmos a visão sistêmica (sob a denominação *Agribusiness*) das atividades agrícolas e de sua chegada ao Brasil via Ney Bittencourt de Araújo, então presidente (herdeiro) do grupo Agrocere³ e fundador (e primeiro presidente) da ABAG.⁴ Vejamos.

²A capacidade de generalizar a ideologia é dada pelas instituições que justamente por estarem ligadas à difusão de valores são de tal forma designadas.

³Fundada em 1945, a empresa foi pioneira na produção de milho híbrido no Brasil e tem como objetivo primário gerar tecnologia aplicada à genética para o campo brasileiro. Considerados os esforços de seu presidente (herdeiro), a Agrocere representa importante base de atuação do Agronegócio desde a gênese do movimento.

⁴Sua gestão datou de mar.93 a jun.96. Em função de trágico acontecimento – Araújo veio a falecer em 14/01/1996 num ocorrido que ficou conhecido como “Caso Agrocere” –, Ney Bittencourt foi substituído por

Em discurso de apresentação da Associação, Araújo enfatiza a necessidade de se reconhecer a importância do que representaria uma “*nova agricultura*”, um “*novo sistema*”. Refere-se ao que seria uma nova realidade no campo, fruto do processo de modificações iniciado após a Segunda Guerra. Processo que sendo percebido sob o ponto de vista de um *Sistema* por John Davis e Ray Goldberg (pesquisadores do *Programa de Pesquisa Agricultura e Negócios* da Harvard Business School, criado em 1952) foi nomeado por *Agribusiness*. Termo que englobava todas as operações em torno da atividade agrícola – da produção até o varejo.⁵ Visão difundida ao longo dos anos pela ABAG e registrada em seus documentos. Na versão do atual Estatuto (datado de 2004)⁶ da Associação, em capítulo intitulado *Da definição e finalidades*, temos:

Art. 6º - Entende-se como “agribusiness”, ou agronegócio, a soma de todas as operações envolvendo:

- a) a produção e a distribuição de suprimentos agropecuários;*
- b) as operações de produção na propriedade rural;*
- c) o armazenamento, o processamento e a transformação de produtos agropecuários;*
- d) a distribuição e o comércio de produtos agropecuários e dos serviços e produtos deles originados.*

O referido “*Sistema*” seria realidade nacional desde os anos de 1970, na percepção de Ney Bittencourt.⁷ Nesse sentido, a introdução do novo conceito traz consigo a intenção de organizar todos os agentes envolvidos com os negócios em torno da agricultura e dotá-los de dada unidade de visão – o sistêmico através do *Agribusiness* – e de ação. Enfim, trata-se de uma visão da realidade cuja função organizativa surge como necessidade de justificar

Arturo José Furlong (jan.96 a jul.96)*. Agrônomo formado (1958) pela Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) a qual originou a Universidade Federal de Viçosa (1969), Araújo representa um dos mais importantes nomes do Agronegócio. Seus esforços para a importação e acomodação do conceito de *Agribusiness*, bem como para a criação de condições objetivas para o reconhecimento social da importância do *Sistema*, no Brasil, não devem ser ignorados.

⁵Ver evolução do conceito nas formulações de Davis e Goldberg, bem como os autores que foram influenciados pelo referido referencial teórico em Silva (1996). O autor ressalta o mérito dos trabalhos da Escola de Harvard em “[...] deslocar o centro das análises ‘de dentro para fora da fazenda’, evitando tratar o setor agrícola como isolado da economia.”

⁶ Não foi possível uma análise comparativa entre os diferentes estatutos da Associação uma vez que a referida documentação não foi disponibilizada pela ABAG. O documento citado (datado de 12/04/2004) foi disponibilizado (oficiosamente) por um dos entrevistados, durante o desenvolvimento da pesquisa realizada. Colaboração a qual agradeço.

⁷Cf. *Íntegra do discurso proferido pelo Presidente da Abag, Engenheiro Agrônomo Ney B. de Araújo, na cerimônia de posse da Diretoria e Conselho da entidade, dia 6 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional, em Brasília.* p.2-3.

a caracterização das atividades ligadas à agricultura como uma rede de interdependências entre os diferentes elos de diferentes cadeias produtivas. Tenta-se descrever o processo de “modernização” na perspectiva de profunda integração agrícola e industrial. E claro, legitimar as modalidades de intervenção e direção do mesmo sob a ótica dos interesses do próprio Agronegócio.

Assim, temos a defesa de intervenções de natureza sistêmica sob justificativa de potencializar o “setor” no qual, em termos de Brasil, residiria a solução para o que foi eleito como “*desafios estruturais*” para o País. Na lista o desenvolvimento sustentado, a eliminação das desigualdades de renda e bolsões de miséria e o respeito ao meio ambiente. Problemas para os quais a visão de *Agribusiness* permitiria uma “*ação holística de aperfeiçoar as partes a partir da visão do todo*”.⁸

Entre as tarefas da Associação, considerando sua visão e missão, Araújo chama atenção para duas delas. A primeira seria

[...] a de conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país – os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes de comunicação – para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness [...]. (ARAÚJO, 1993, p.8)

A segunda estaria ligada ao apoio no planejamento do referido *Sistema* e na divulgação de seu funcionamento. O desconhecimento seria fator de entraves gerando desperdício de recursos e desencontros políticos. Assim sendo, explicita-se o papel de um verdadeiro *Aparelho Privado de Hegemonia/Partido*⁹. E como tal, a ABAG assumiu uma função histórica real.

Lembre-mos que estamos nos remetendo a um cenário em que a classe dominante rural brasileira depara-se com a necessidade de adequar sua estrutura de representação política às mudanças no plano da produção, bem como à própria correlação de forças de então. Afinal, não há como negar a intensificação da segmentação de interesses fruto do processo de especialização da produção¹⁰ que ao alimentar a disputa entre capitais acaba

⁸Araújo em documento citado, p.3.

⁹Instituição da sociedade civil responsável pela organização da consciência e da produção de mecanismos difusores da concepção de mundo de dada classe. Base de atuação responsável pela própria institucionalização de interesses tendo como objetivo específico estabelecer a hegemonia do grupo que representa. (GRAMSCI, 2007, v.3).

¹⁰Processo iniciado com a *Revolução Verde** o qual deu origem à modernização de base técnica da agricultura cujos constrangimentos socioambientais apontam os limites de sua eficiência.

por prejudicar o consenso interno necessário à ação política. Muito menos a oposição entre capital e trabalho, cuja dinâmica explica em muito as mobilizações das décadas de 1980 e 1990 nas quais as perspectivas de institucionalização das demandas daqueles que historicamente têm estado à margem dos “Sistemas” (no sentido de modelos hegemônicos de organização social) levaram à violenta reação das elites rurais que tiveram como principal base de atuação a União Democrática Ruralista (UDR)¹¹.

Segundo documento da Associação Brasileira do Agronegócio, a apresentação oficialmente da mesma ocorreu em 6 de maio de 1993 no auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional. De acordo com os registros, a cerimônia teria reunido 150 pessoas. Já para o grande público a então Associação Brasileira do Agribusiness foi apresentada em 14 de junho do referido ano, em evento na cidade de São Paulo. Tratava-se do *Seminário de Agribusiness* onde questões ligadas à Segurança Alimentar; ao *Agribusiness* – conceito e abrangência; ao Tamanho e ao Custo do Estado e à Infra-Estrutura e ao *Agribusiness* Brasileiro foram discutidas¹². A organicidade da iniciativa, considerado o contexto de sua realização – revisão da Carta de 1988 e eleição da fome como problema nacional –, bem como a própria estratégia de representação empregada pela ABAG – baseada no resgate de temas de interesse comum entre suas bases sociais – revela uma fina sintonia com a dinâmica a qual tem caracterizado o chamado “*novo*” rural brasileiro.¹³

E mais, enquanto base de atuação do Agronegócio, a ABAG está inserida em uma extensa rede de causa comum na qual chama atenção agências como o *Centro de Agronegócio* da Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (GV Agro/FGV-SP), o *Centro de Conhecimento em Agronegócios* (PENSA), o *Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais* (ICONE) e o *Instituto para o Agronegócio Responsável* (ARES).

*Processo baseado na disseminação de sementes melhoradas e novas práticas agrícolas dependentes de altos índices de insumos cuja legitimidade era atribuída ao fim último de aumentar a produção com o objetivo de resolver o problema da fome mundial. Seus defensores ignoraram a distinção entre oferta e condições de acesso ao alimento. Não se considerou a concentração da renda existente no Globo.

¹¹Ver BRUNO, R.L. *O ovo e a serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Campinas: Unicamp, 2002. Tese - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

¹² Conferir em *10 Anos Abag. Em defesa do desenvolvimento do país*, p.4.

¹³ Ver breves considerações sobre o rico campo analítico e conceitual que alimenta o embate pela definição da referida realidade em SILVA (1996, p.61-106) e RAMOS (2007, p.18-52).

Ressaltando a importância estratégica do *Agronegócio* para o Brasil e defendendo a necessidade de avançar na pesquisa e na formação de recursos humanos para o “setor”, a Fundação Getúlio Vargas justifica a criação do GV-Agro afirmando seu valor enquanto “*centro de excelência*” cujo fim seria contribuir com o “setor” através de quatro áreas de atuação: GV-Agro Pesquisa; GV-Agro Comunicações – tendo como publicações a Revista *Agroanalysis* e *Textos para Discussão*; GV Agro Cursos e GV Agro Projetos de Consultoria. O Centro de Agronegócio é coordenado por Roberto Rodrigues¹⁴.

Em relação ao PENSA, vale mencionar que o programa é formado pelos docentes da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e foi fundado por Décio Zylbersztajn após visita (a convite de Araújo) ao Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard, liderado por Ray Goldberg. Zylbersztajn coordena o PENSA desde sua criação (17/06/1990).¹⁵

Após mais de duas décadas, o referido espaço – até recentemente denominado *Programa de Estudos dos Sistemas Agroindustriais* – teve sua designação alterada. Como registrado, o Programa converteu-se em um *Centro de Conhecimento em Agronegócios*. Mudança que reforça o capital simbólico de um dos mais significativos espaços de

¹⁴ Paulista de Cordeirópolis, Rodrigues formou-se em Agronomia pela ESALQ/USP em 1965 e possui curso de aperfeiçoamento em administração rural. Atualmente, coordena o GV-Agro/FGV-SP, é professor do Departamento de Economia Rural da Unesp-Jaboticabal, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e co-chair da Comissão Interamericana do Etanol – atividades que se somam ao dia-a-dia de empresário rural (São Paulo/Maranhão). Rodrigues presidiu ainda a OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras (1985 a 1991), a SRB-Sociedade Rural Brasileira (1994 a 1996) e a ACI-Aliança Cooperativa Internacional (1997 a 2001), além da própria ABAG (1999 a 2002). Entre os inúmeros cargos que ocupou, inclui-se o de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Jan./2003 a Jun./2006). A extensa lista de ocupações revela uma posição social marcada pelo forte capital social e poder de direção. Um dos principais líderes do Agronegócio, ao lado de Araújo, o ex-Ministro é figura de peso no referido movimento ainda hoje.

¹⁵ Cf. entrevista de Zylbersztajn por ocasião das comemorações dos 10 anos do PENSA (2000). Ver em <<http://www.folhaonline.com.br>>. Vale reforçar que além de Zylbersztajn*, Araújo (frequentador dos seminários da HBS-Harvard Business School, desde a década de 1970) teria tido a companhia de Ivan Wedekin** (então também funcionário da Agroceres) em uma de suas idas à Escola citada. A parceria entre os referidos agentes para a acomodação da ideia de *Agribusiness* no Brasil é lembrada pelo próprio Wedekin em livro organizado por Rodrigues (1997) em homenagem póstuma a Ney Bittencourt.

*Décio Zylbersztajn possui graduação em Agronomia (1975) e mestrado em Economia Agrária (1979) pela Universidade de São Paulo. Além de mestrado (1981) e doutorado (1984) em Economia pela North Carolina State University. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, além de coordenador do PENSA.

**Ivan Wedekin é Diretor de Commodities da BM&FBovespa S.A. Formado em Engenharia Agrônoma pela ESALQ-USP, Ivan Wedekin foi Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de janeiro de 2003 a julho de 2007, sócio diretor da RCW Consultores de 1996 a 2002, Diretor Comercial e Assessor Econômico da Agroceres de 1984 a 1996, Diretor Executivo da Sociedade Rural Brasileira de 1981 a 1984 e Técnico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas de 1975 a 1981.

construção de uma visão específica sobre atividades e práticas dos atores ligados à agricultura.

A exemplo de outras agências do Agronegócio, constata-se que em “[...] *forma de rede, o PENSA envolve pesquisadores em diferentes unidades da Universidade de São Paulo, bem como pesquisadores no Brasil e no exterior*” no intuito de melhor apreender a coordenação dos agentes envolvidos nos SAGs. O domínio de tal dinâmica representaria “[...] *questão fundamental para inserção competitiva do Brasil no Agronegócio Internacional.*”¹⁶ Repete-se o discurso de defesa do *Agronegócio* como elemento estratégico de desenvolvimento nacional.

O referido argumento é amplamente empregado no exercício de legitimação com o qual importantes *think tanks* do patronato rural, a exemplo do próprio ICONE e ARES, buscam naturalizar a institucionalização dos interesses de suas bases sociais.

Fundado em 10/03/2003, o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais tem como objetivo prover governo e setor privado de estudos e pesquisas na área agrícola, principalmente no que diz respeito à política comercial. Segundo Roberto Rodrigues, a ideia do Instituto pertence a Marcos S. Jank e nasceu por definição da ABAG com o apoio da FIESP entre outras organizações. Seu primeiro presidente foi o próprio Jank.¹⁷ De acordo com o ex-Ministro da Agricultura, o ICONE surgira voltado para as negociações agrícolas internacionais, objeto do “[...] *interesse coletivo das cadeias produtivas*”¹⁸.

Cabe assinalar que a apresentação oficial do Instituto ocorreu no 2º CBA da ABAG, no dia 24 de junho de 2003. Na ocasião, Marcos Jank ressaltou não ser a iniciativa pioneira. Nesse sentido, Jank citou experiências já em prática nos EUA (Institute for International Economics/IEE e o International Food Policy Research Institute/IFPRI); na Austrália (Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics/ABARE); na Argentina (Instituto de Negociaciones Agrícolas Internacionales/INAI) etc.

Durante sua apresentação, Jank lembrou a gênese do Instituto cuja implementação teria sido precedida de certo debate. Seu relato vai ao encontro da versão apresentada por

¹⁶ Ver website <<http://www.pensa.org.br>>.

¹⁷ Atividades de sua gestão podem ser conferidas em *Relatório de Atividades* referente aos anos de 2003-2007. Ver em <<http://www.iconebrasil.org.br>>.

¹⁸ Roberto Rodrigues afirma ter estreitado relação com Jank – cujo pai era seu contemporâneo em Piracicaba – quando solicitou a este (em fins dos anos de 1980) um estudo sobre o impacto das negociações da Rodada Uruguai no cooperativismo, bem como em suas viagens pela ACI (Aliança Mundial das Cooperativas). Rodrigues comentou o fato durante a entrevista que realizei com o mesmo no GV-Agro/SP.

Roberto Rodrigues ao relembrar o período. Nesse sentido, Marcos Jank mencionou que a pedido de Rodrigues teria elaborado um estudo sobre o impacto das negociações da Rodada Uruguai no cooperativismo. Neste período teria surgido a ideia de uma agência cuja formatação deu origem ao ICONE. As primeiras reuniões para a viabilização do projeto teriam ocorrido em meados de 2002 com a presença de Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan, então presidente do Conselho de Administração da SADIA – empresa da qual é acionista e neto do fundador Attilio Fontana.¹⁹ Figuras de peso do setor privado e do campo político – ambos foram nomeados (2003) Ministros de Estado – às quais teriam se somado vários outros líderes e organizações do empresariado rural. Destaque para a ABAG. Esta seria a “*entidade-mãe*” do ICONE, nas palavras de Jank.

Desde sua origem, o Instituto dá exemplo dos arranjos institucionais que marcam a redefinição das relações público-privadas. Nota-se nítido exemplo da organização/mobilização da representação de interesses privados e de seu papel e influência nas políticas públicas. O “apadrinhamento” de Rodrigues e de Furlan pode ser apreendido como indício do referido fato, bem como a aproximação entre o ICONE e o Itamaraty.

Ao lado do referido Instituto, o ARES (fundado em 04/ 09/ 2007) surge como forte candidato a um dos principais canais de estabelecimento do consenso necessário à hegemonia dos “modernos” setores ligados ao *Agronegócio*. Manifesta-se o intuito de colaborar para o desenvolvimento da *sustentabilidade*, com ênfase na agropecuária e agroindústria por meio da geração e difusão de conhecimento especializado e estruturação de canais permanentes de diálogos com as partes interessadas. Enfim, propõe-se somar esforços para incorporar à identidade institucional do *Agronegócio* o valor “*responsabilidade socioambiental*” para a construção do modelo de “*negócios sustentáveis*”. A proposta lembra a execução de um *branding*²⁰ dada a pretensão de trabalhar no sentido de

¹⁹Cabe mencionar que Furlan (Concórdia, 1946) em janeiro de 2003 se afasta da Sadia para assumir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Cargo que ocupou até 2007. Em 2008, o ex-Ministro voltou a assumir a presidência do Conselho Administrativo do Grupo – atualmente não há membros da família fundadora da SADIA atuando em posições executivas. Ainda no referido ano, Furlan foi nomeado presidente da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Iniciativa do Governo Amazonas em conjunto com a iniciativa privada (Banco Bradesco) responsável pela gestão de 34 unidades de Conservação do Estado do Amazonas correspondente a 17 milhões de hectares da Floresta Amazônica. Conferir em <<http://www.expogestao.com.br>>.

²⁰Termo empregado para designar o trabalho de criação de uma “Marca” com a qual mais do que criar uma identidade acrescenta-se um conceito de valor e positividade ao produto no intuito de ganhar a preferência do consumidor. Cf. Martins (2006).

consolidar a “marca” *Agronegócio Responsável* a qual agrega valor ao produto *Agronegócio “brasileiro”*.

Neste cenário de resignificação do *Agribusiness* como *Agricultura Sustentável* – a qual tem sido traduzida por um *Sistema de Gestão de Riscos*, cuja operacionalização inclui a própria definição de *Desenvolvimento* –, o ARES traz a promessa de uma representação do Agronegócio atualizada com os dinâmicos critérios definidores do próprio processo de acumulação em que o *business* deve ser certificado.²¹

Atenção para o fato de que apesar das controvérsias que alimentam o campo de disputa em torno da definição de termos como “desenvolvimento” ou de adjetivos como “sustentável” não é preciso esforço para entender o sentido dos mesmos quando empregado pelos prepostos do Agronegócio, levando em conta a busca contínua para a consolidação da capacidade de direção do empresariado rural num contexto de imagnetização do *Sistema*, a exemplo do que ocorre com o próprio capital. Na prática, os agentes do aludido movimento político-ideológico ao designarem dada atividade ou situação como sustentável reconhecem (acima de tudo) a capacidade de continuidade e de auto-suficiência daquilo a que se referem.

Nesse sentido, cabe destacar o esforço dos referidos agentes em basear a própria ideia de *Sustentabilidade*²² no chamado *Triple Bottom Line* ou *3P's* (*People, Profit and Planet*). A tese é que é possível conciliar interesses sociais, lucro e meio ambiente. Contudo, os avanços em determinar os limites do capital na produção e/ou reprodução do lucro, no intuito de resguardar o tecido social e diminuir a entropia nos sistemas naturais, são raros. O foco da discussão reside em transformar as exigências socioambientais em oportunidades de novos negócios. De tal forma, novos modelos de governança são difundidos na tentativa de reduzir as incertezas através do controle dos riscos aos negócios.

Cabe lembrar que a incorporação da ideia de risco e seu gerenciamento constituem dado inerente ao funcionamento dos empreendimentos econômicos. Nesse sentido, atenção para a disseminação dos chamados modelos de governança *multistakeholder* e o uso de seu

²¹A certificação é vista como ferramenta de gestão operacional e social traduzida por uma marca, logo ou selo com o qual se busca garantir a reputação desejada.

²²As indefinições sobre o termo fez com que Moreira (2007) empregasse a metáfora “nebulosa” para considerar sobre o mesmo. Já Ehlers (1996) reconhecendo as imprecisões que cercam o conceito afirmou que o mesmo abrigaria: “[...] desde aqueles que se contentam com simples ajustes no atual padrão produtivo, até aqueles que vêem nessa noção um objetivo de longo prazo que possibilite mudanças estruturais, não apenas na produção agrícola mas em toda a sociedade.” (EHLERS, 1996, p.131).

potencial na resolução de conflitos e portanto, na redução dos obstáculos a tais empreendimentos. Atenção, ainda, para o fato de que, na ideologia examinada, geração de riqueza (crescimento econômico) é sinônimo de bem-estar. Logo, crescimento é sinônimo de *Desenvolvimento*²³. Equivalência que ignora distorções como a concentração da renda, bem como os desequilíbrios nos sistemas naturais.

Vale igualmente observar que a operacionalização do conceito de sustentabilidade tem ocasionado uma adaptação no referencial da agenda do empresariado rural no Brasil. De tal forma, temas como a mudança da matriz energética e da responsabilidade socioambiental ganham destaque nas discussões. O *Agronegócio* vira um negócio de alimentos e energia cuja legitimidade passa a depender de sua conformidade às exigências socioambientais. Fato o qual destaca a importância da situação das relações de força no cenário nacional e internacional dado seu poder de determinar a direção e o sentido das discussões no campo da sustentabilidade e, portanto, de estabelecer importantes regras de condução dos negócios.

E é atento a tal questão que o Agronegócio funda organizações com porta-vozes próprios revelando significativa práxis para a institucionalização de seus interesses. Processo em que as interações entre os campos econômico, político e intelectual, no que diz respeito à condução das atividades ligadas à agricultura, são explicitadas.

Considerações que me levam a destacar, entre as principais estruturas ideológicas do Agronegócio, a atividade editorial. Entusiasmado com as discussões em Harvard, Ney B de Araújo incorporou a missão de difundir o conceito de *Agribusiness* no Brasil dando início a um processo de mobilização do patronato rural congregando importantes lideranças de um setor que acabou sendo reinventado. A agricultura passou a ser *Agribusiness* cujo exercício de tradução (leia-se acomodação) teria sido marcado por algumas “liberalidades”, segundo os próprios autores/atores do Agronegócio.

De tal forma, foram realizadas as seguintes aproximações: 1) *Complexo Agroindustrial e Sistema Agroalimentar* buscariam exprimir o conteúdo da palavra *Agribusiness*; 2) Setor de insumos e bens de produção, setor “antes da porteira da fazenda” equivaleria ao conjunto das atividades econômicas que ofertaria produtos e serviços para

²³Para uma visão mais complexa da questão, consultar Amartya Sen (2004). O autor concebe o desenvolvimento como um processo de ampliação da capacidade dos indivíduos no sentido da afirmação das liberdades substantivas, ou seja, a operacionalidade de escolhas concretas em face às possibilidades. Assim, os indicadores econômicos devem ser considerados como um meio e não como um fim em si.

agricultura (*Farm Supplies*); 3) Agricultura, setor rural, agropecuária, setor agrícola, produção agropecuária e produção agrícola e atividades “dentro da porteira da fazenda” seriam sinônimos, representariam agregado que, dentro das unidades ou estabelecimentos rurais, seria responsável pela produção vegetal e animal (*Farming*) e; 4) Processamento e Distribuição, agregado situado “depois da porteira da fazenda” envolveria as atividades na indústria e nos serviços para a conversão e comercialização dos bens de consumo feitos com produtos de origem agropecuária. (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990)

Somados os agregados antes, dentro e depois da porteira, temos a constituição de uma rede de conexões cuja necessidade de ordenação e representação política legitimaria o projeto de uma associação que traduzisse a nova realidade e dotasse de importância política o poderoso complexo econômico definido, didaticamente, nas obras editas pela Agrocere de Ney Bittencourt e pela própria ABAG.

Devo assinalar que, em depoimento sobre a origem da ABAG, Roberto Rodrigues destaca a insistência de Ney Bittencourt para a fundação de uma associação que congregasse a representação do setor unindo os diversos interesses em torno do mesmo. Vários teriam sido os apelos de Araújo para a institucionalização da FAAB (Frente Ampla da Agropecuária Brasileira), em cuja experiência Rodrigues identifica a semente da Associação Brasileira do Agronegócio.²⁴

O esforço de Ney de Araújo acabou lhe rendendo o título de “*Dinamo do Agribusiness*” em obra organizada pelo próprio Roberto Rodrigues (1997). A publicação representa homenagem póstuma a Araújo, onde “*companheiros de jornada*” destacam uma personalidade forte e comprometida com a causa do *Agribusiness*. A busca pela excelência através da inovação tecnológica baseada na pesquisa e na difusão de novos conhecimentos constituiria o epicentro de seu discurso, bem como a necessidade de convencer a sociedade brasileira da importância do *Agronegócio*.

Na referida obra, Ivan Wedekin menciona período em que “*garimpara*” informações com Décio Zylbersztajn e Ney Araújo para a publicação de obra editada pela Agrocere

²⁴Período de intensa mobilização do patronato no sentido de reestruturar sua força política. Para resgatar a questão ver Bruno (2002); Graziano (1991) e Mendonça (2006). Vale recordar que extinta no início de 1990, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) divulgou o ressurgimento da UDR sob nova denominação. Em 14/08/2002 foi criado o Rural Brasil. Trata-se de um Conselho Superior de Agricultura e Pecuária mantido pela própria CNA e com sede em Brasília. A iniciativa teve a parceria da SRB, OCB, ABCZ, CNA e UBA.

(1990) como parte das festividades pelos 45 anos da empresa²⁵. Sob o título *Complexo Agroindustrial. O Agribusiness Brasileiro*, Araújo e seus pares iniciaram um trabalho mais sistemático de divulgação das ideias predominantes na HBS, em termos de convencimento, no sentido de que atividades e agentes envolvidos com a agricultura seriam partes constitutivas de um *Sistema* cujo desenvolvimento só seria possível se o mesmo fosse considerado em suas interdependências. Fato o qual não deve ser descolado da própria trajetória da Agrocere, bem como de sua importância enquanto base de atuação de um dos principais patronos do Agronegócio.

Considerados os argumentos de base ética, nota-se a extensão de um trabalho realizado para além da função de organizar o próprio grupo. A empreitada incluía gerar reconhecimento social suficiente para qualificar o Agronegócio como elemento nuclear da vida social e das ações públicas.

No próprio discurso de apresentação da ABAG, em pleno Congresso Nacional, Araújo afirmou que da eficiência do *Agribusiness* dependeria a Segurança Alimentar (SA) do país, “[...] *pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa.*” E mais, expressou, ainda, a autoridade de quem apresentava a SA como a principal responsabilidade social do *Sistema*. E ao fazê-lo, adotou demandas em termos de políticas públicas e (inclusive) de tratamento diferenciado por parte do Estado.

No referido discurso, como já assinalado, temos o registro do que acabou se constituindo em elementos estruturantes da matriz discursiva da ABAG. Elementos estes que também foram apontados como problemas estruturais do Brasil e sua discussão acaba apresentando uma linha de continuidade em termos de demandas e proposições da ABAG. Sobressaem três grupos de ação: políticas públicas, ordenação das cadeias produtivas e negociações internacionais

Importa mencionar, igualmente, que o trabalho de difusão da nova percepção da dinâmica que envolveria a agricultura levou à edição de um conjunto considerável de obras com as quais os autores/atores do Agronegócio se inseriram no campo de disputa pela definição do modelo organizacional das atividades e dos agentes ligados à agricultura, cuja direção acabou sendo determinante no tratamento dispensado à *questão agrária*²⁶ no País.

²⁵As festividades incluíram a realização de um seminário, em São Paulo, com a presença de Ray Goldberg.

²⁶O referido termo é compreendido não só enquanto um “[...] conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e

Nesse sentido, reconhecendo a atividade editorial como uma das mais significativas frentes materiais no processo de construção da hegemonia e buscando cumprir com o objetivo desta comunicação, passo a apresentar os aspectos mais relevantes abordados nas obras do Agronegócio. A linha de continuidade nas demandas e proposições apresentadas pelo movimento, e pela ABAG, será considerada. Através desta sistematização é possível apreender o que tem sido considerado como problema sistêmico pelos ideólogos do *Sistema*.

Ao lado de *Complexo Agroindustrial...*, devemos atentar para as seguintes publicações: *Agribusiness. O Complexo Agroindustrial Brasileiro* (1992); *Segurança Alimentar. Uma abordagem de Agribusiness* (1993); *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness* (1993); *A metamorfose do Estado* (1993); *Complexo Agroindustrial. Caracterização e dimensionamento* (2001) e *Recursos Humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional* (2005).

De forma geral, as obras (citadas) enfatizam a relevância do *CAI* para a economia nacional e a necessidade de uma institucionalidade adequada ao seu dinamismo. Argumentos de natureza ética são empregados, a todo momento, como mecanismos de legitimação de uma estratégia discursiva empregada para gerar reconhecimento social. Nesse sentido, a contribuição do setor na luta contra a fome e pela geração de emprego e renda é enfatizada.

Como não poderia deixar de ser, a preocupação com a definição do que se denomina por *nova agricultura* e seus elementos constitutivos é característica marcante dos livros publicados. De tal forma, o problema conceitual traduzido pela incapacidade de se enxergar o *Sistema* como um todo – responsável pela inibição do processo integrado de planejamento e trabalho conjunto necessário à formulação de políticas para o atendimento de metas econômicas e sociais garantindo o desenvolvimento nacional – é ressaltado.

Entre os temas eleitos para o debate destaque para: 1) política agropecuária; 2) reforma do Estado; 3) infra-estrutura; 4) formação de quadros de direção e representação política; 5) segurança alimentar e; 6) relações internacionais.

Em termos de política agropecuária ênfase em temas já tradicionais na agenda do patronato rural: 1) tributação; 2) crédito; 3) comercialização e; 4) tecnologia. Como *uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a 'mais adequada' para o desenvolvimento nacional*", como o define Mendonça (2006), mas também envolve os constrangimentos ambientais gerados na captura da renda da natureza – renda auferida com a exploração dos recursos naturais cuja garantia tem sido a posse do conhecimento sobre os mesmos. Para discussão sobre renda da natureza e saber ambiental ver Moreira (1995) e Leff (2008).

proposições: 1) criação de imposto sobre valor agregado com alíquotas progressivas, de acordo com a essencialidade do produto; 2) carga tributária global reduzida e fim do ICMS sobre exportações; 3) criação de mecanismos de privatização do crédito rural; 4) criação de bancos de crédito cooperativo privado e a institucionalização de formas e arranjos privados de financiamento tais como compras e vendas a termo, contratos de integração e contratos entre produtores de insumos e agricultores; 5) maior atenção aos instrumentos de administração de abertura de comércio e necessidade de preparar quadros para a representação em foros internacionais e; 6) criação de um *Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico* com recursos que viriam de pequeno percentual acrescentado aos preços dos insumos e máquinas agrícolas cuja administração caberia a um conselho privado. (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990)

Cabe destacar que o equacionamento da agricultura de baixa renda se daria através de políticas sociais voltadas aos nichos rurais atrasados no intuito de integrá-los ao *CAI*. Não haveria alternativas fora do modelo defendido.

Atenção ao fato de que em pleno processo de revisão constitucional (anos de 1990), questões como o tamanho e o custo do Estado, segurança alimentar e relações internacionais, em termos de agricultura, são resgatadas sob a ótica dos interesses do *Sistema*.

Em relação ao enfrentamento da crise vivenciada pelo Estado, a avaliação do “gigantismo” e “ineficiência” de sua máquina é apresentada como primeiro passo a ser tomado. O desempenho estatal estaria aquém das necessidades da sociedade, segundo os autores/atores do Agronegócio.

Como princípios gerais do que deveria ser a base da reforma do Estado: a liberalização do mercado²⁷ e do comércio, cujo ritmo deveria ser acompanhado por reformas internas que assegurassem competitividade ao parque produtivo brasileiro. É afirmada a necessidade de criação de novos mecanismos de cooperação entre poder público

²⁷Vale comentar a visão gramsciana de livre mercado enquanto regulação do Estado. Segundo o pensador italiano, a tese liberal constituiria um erro teórico por basear-se na distinção entre sociedade civil e sociedade política cuja natureza metodológica é transformada em orgânica. “Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e o Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão por via espontânea, automática, do fato econômico.” Ver Gramsci (2007, v.3).

e iniciativa privada no intuito de reduzir as disparidades regionais. Já o restabelecimento do equilíbrio federativo se daria através da autonomia federativa, subordinada aos princípios de menor intervenção estatal e maior cooperação interna, no campo do desenvolvimento regional. (REZENDE, 1993)

Valores como leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência são (igualmente) defendidos. O objetivo seria a construção de um Estado capaz de dar respostas em tempo real, ser transparente e atuar de forma sistêmica e precisa.

Também tema principal de livro, à Segurança Alimentar (SA) foi reservado lugar de destaque nas discussões. Ao que tudo indica, a adoção da referida bandeira constituía o principal argumento ético organicamente elaborado pelo Agronegócio, até então.²⁸

Atenção para o que seriam as setes chaves da SA: 1) construção da família Brasil²⁹; 2) estabilidade econômica para o desenvolvimento nacional; 3) aumento real de compra dos salários; 4) elevação das oportunidades de consumo de alimentos; 5) valorização e expansão da produção agropecuária; 6) redução dos custos de comercialização e distribuição de alimentos e; 7) agregação de valor e interiorização do desenvolvimento.

Além dos lançamentos destinados à discussão da reforma do Estado e da Segurança Alimentar, registra-se obra (1993) destinada à temática dos subsídios agrícolas e do protecionismo baseado em barreiras não tarifárias, práticas de países desenvolvidos. Obra na qual Pinazza e Wedekin desenvolvem argumento ainda hoje marcante no discurso dos agentes do Agronegócio. Trata-se da relação entre os referidos subsídios e protecionismo e o suposto “*bloqueio*” das bases de crescimento de países de “*vocação agrícola*” como o Brasil. Enfim, denuncia-se o que seria um processo de “*desestruturação das vantagens competitivas*” destes países. Entendendo o crescimento do setor agrícola como o principal caminho para sustentar o crescimento econômico/desenvolvimento da nação, outra não poderia ser a avaliação destes autores/atores.

Como reação ao que se constituiria numa das mais “*perversas barreiras*” ao desenvolvimento nacional, os autores propõem a agregação de mecanismos para a conscientização da sociedade brasileira (“*anestesiada pela desinformação*”) no intuito de

²⁸A partir dos anos 2000, a bandeira da *Sustentabilidade* passa a englobar a própria temática da Segurança Alimentar.

²⁹A proposta de construção da *Família Brasil* se daria no intuito de construir uma sociedade preocupada com o próprio futuro e onde seus cidadãos fossem habilitados a consumir e produzir em benefício da competitividade global do País.

“transformá-la em arma de pressão”. Inclua-se, também, a motivação da academia a qual seria fonte “de munição” para a “luta”. A imprensa, “interface com a sociedade”, também constitui objeto de interesse do esforço de mobilização. De tal forma, os autores trabalham elementos para a efetivação do *lobby*³⁰ a favor do Agronegócio.

Questão que envolve argumento largamente empregado enquanto legitimador da tese do *Agronegócio* como principal pilar da economia brasileira, a contribuição do setor para o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro deve ser mencionada.³¹ Nesse sentido, entre os estudos produzidos e divulgados pelas agências do Agronegócio vale mencionar o trabalho (2001) de caracterização e de dimensionamento do *CAI* brasileiro, selecionado pela pesquisa. De autoria de Eduardo Nunes e Elisio Contini, os resultados obtidos em termos de contribuição de cada segmento para o PIB do setor e a contribuição deste para a economia nacional através de sua colaboração com o PIB nacional, surpreenderam os próprios autores/atores.

A participação do *Agribusiness* no PIB brasileiro representaria 20,6%, segundo o referido estudo. Dado cuja explicação residiria, entre outras, na dificuldade de apoio à agricultura, bem como na concorrência internacional com a abertura comercial do País. Contudo, as cifras de 25% do valor total da produção nacional, 40% das exportações e 37% da força de trabalho o lançariam ao posto de maior negócio do Brasil.

Restrito a dados quantitativos e marcado pela ausência de uma análise qualitativa dos resultados obtidos, o estudo ignora os custos socioambientais que questionam o modelo

³⁰Entendido enquanto processo de articulação de interesses em que dado grupo de pressão busca participar da tomada de decisão em termos de políticas públicas. Para tanto, estudos e atividades estratégicas são elaborados no intuito de dar suporte a atuação de seus agentes. Conferir Graziano (1996) e Oliveira (2004). Atenção para o sentido inverso do processo. Ao mesmo tempo em que tentam influenciar as autoridades públicas, tais agentes sofrem influência das mesmas. Fato explícito no processo de negociação em torno das políticas oficiais.

³¹Motivo de controvérsias, a definição da participação de cada setor da economia no PIB nacional revela importante campo de disputa entre agentes classificadores da ordem. Fato explícito nas diferentes metodologias e bases conceituais empregadas para a mensuração dos dados/indicadores que servem de base para o cálculo de tal participação. Em disputa a construção e consolidação do próprio capital social – refiro-me à capacidade de influenciar os atores que estão em posição de tomada de decisão – dos grupos ligados às atividades produtivas as quais busca-se destacar em termos de contribuição ao País. Atenção para as diferentes metodologias mesmo entre os que empregam a mesma base conceitual. Diversidade que reforça a natureza política do trabalho de formulação das estatísticas. Nos últimos anos, os dados divulgados sobre a contribuição do *Agronegócio* revelam uma participação que varia entre 20,6% e 33% no PIB nacional. Conferir material divulgado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), GV-Agro (Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas) e CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). A título de exemplo, ver artigo de autoria de Alexandre de Castro, intitulado “*O caos estatístico do Agronegócio*”, em versão on-line do *Estado de São Paulo* de 24/02/2009.

produtivo ao qual se refere. Fato fruto de uma estratégia discursiva em que tudo o que sinaliza a não harmonia e que denuncia a face dolorosa da modernização (SILVA, 1982) é silenciado sob efeito de que é inexistente ou pouco importe. Entretanto, ao leitor cabe atentar para o fato de que examinadas dimensões outras que não a da integração técnico-produtiva, os continuísmos são evidentes em elementos estruturais da questão agrária brasileira. Elementos que podem de representados pela concentração fundiária, pela expropriação do trabalhador, pela sazonalidade do emprego, pelo êxodo rural e pela degradação ambiental. Realidade fruto da fusão do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária ainda hoje baseada no que Delgado (1985) chamou de “*arranjos ocupacionais e fundiários atrasados, em termos de relações sociais e de exploração ambiental*”. Persistências as quais materializam passivos cujo enfrentamento gera uma reinvenção do discurso com o uso de termos classificadores da realidade, tais como “*sustentável*”.

Adjetivo amplamente empregado, cujo significado varia conforme o ator e a empreitada, cabe atenção ao significado do mesmo no discurso de agentes e agências do Agronegócio. Ao abordarem a temática da sustentabilidade, temos a menção a um “*Sistema de Riscos*” cuja gestão deve viabilizar e potencializar o *business* através de uma ação proativa do setor. Como já destacado, no início destas linhas, a discussão sobre os limites do capital no sentido de preservar o tecido social e os recursos naturais é deslocada para a criação de estratégias para transformar as exigências socioambientais (em termos produtivos) em oportunidades para incrementar os negócios.

Por fim, mas não menos importante, a relação entre o perfil profissional demandado pelas empresas do *Sistema* e a evolução quantitativa e qualitativa dos cursos destinados à formação de recursos humanos para o setor merece ser mencionada. De tal forma, vale algumas considerações sobre obra publicada (2005) pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI) da Universidade Federal de São Carlos com financiamento do Fundo de Agronegócios do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Inclua-se o apoio da ABAG, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Segundo os autores do referido estudo, as informações produzidas levariam a ajustes nos cursos de formação de quadros para o *Sistema* a exemplo do que teria ocorrido

após publicação do primeiro trabalho do gênero no ano de 2000. Em termos gerais, temos a ênfase nas áreas de *Qualidades Pessoais e de Comunicação e Expressão*. Destaque para a capacidade de desenvolvimento de habilidades de comunicação e negócios. Em sequência os conhecimentos em: Economia e Gestão; Tecnologia de Produção; Métodos Quantitativos Computacionais e Sistemas de Informação; e Experiência Profissional Desejada. (BATALHA et.al., 2005)

O confronto entre demanda e oferta de recursos humanos demonstraria a adequação da maioria dos cursos, de acordo com o referido estudo. Exceção seriam os cursos de Agronomia e Engenharia Agrícola no nível do Pós StS., Ciência e Engenharia Florestal, Engenharia de Aqüicultura e Engenharia de Pesca e Nutrição.

Atenção à necessidade de “*formação de lideranças capazes de raciocinar na direção da modernidade.*” A agricultura perderia sua competitividade na ausência de “*uma massa crítica volumosa e competente*”.

Além da atividade editorial, vale mencionar mais três outras frentes materiais de difusão da ideologia do Agronegócio, fruto da ação de seus agentes tendo a ABAG como base de atuação. Trata-se da *Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação de Ribeirão Preto* (Agrishow/RP iniciada em 1994), dos *Congressos Brasileiros de Agribusiness* (CBAs – iniciados em 2002) e dos *Fóruns ABAG* (iniciativa datada de 2004).³²

Devo enfatizar que um dos principais redutos do núcleo dirigente do empresariado rural, a Associação Brasileira do Agronegócio potencializa o projeto de um Brasil Integrado – interna e externamente – cuja sustentação tem sido a materialidade dos atos/ações do movimento político do qual é fruto. Vejamos a materialidade dos mesmos nas estruturas ideológicas a seguir.

Agrishow/RP

Peça fundamental na estratégia de valorização do *Agronegócio* e de interação entre seus agentes, a Agrishow/RP³³ representa momento em que se busca criar um consenso em

³²Fato que não significa que ignoremos a importância de iniciativas como os seminários e programas de intercâmbio com associações internacionais (iniciados no ano de 1996, segundo registros da própria ABAG) para a troca de experiências e difusão do *Agribusiness* “brasileiro”.

³³Vale identificar as versões da feira cujo conjunto forma o *Sistema Agrishow*. Apelidadas de “*experiências clonadas*”, os eventos ocorrem em regiões que representariam novas fronteiras para o *Agronegócio*. Nesse sentido, temos: Agrishow Cerrado (Rondônia/MT) cuja primeira edição foi em 2002; Agrishow Comigo (Rio Verde/GO) e Agrishow Nordeste ou LEM (Luis Eduardo Magalhães/BA em unidades da EMBRAPA),

torno do uso da tecnologia como solução aos problemas do campo. A feira serve, ainda, como palco para explicitar demandas como isonomia de tributos, infra-estrutura e linhas de crédito.

Sob a marca *Agrishow*³⁴, o evento reflete estratégia reveladora de uma forma bem contemporânea de gerar convencimento em tempos de imagnetização do capital. Através do *Sistema de Feiras Agrishow* busca-se certificar o “padrão de qualidade” das feiras destinadas ao setor. Representando a mais antiga e principal entre as feiras destinadas ao *Sistema*, a *Agrishow/RP* expõe as interfaces entre negócios e política. A exemplo dos CBAs, nota-se a presença de autoridades como Secretários e Ministros da Agricultura, Governadores, Deputados e Presidentes da República.³⁵ Agentes os quais enfatizam a importância do *Agronegócio* e as ações oficiais na direção de atender às necessidades do setor. Gabinetes são transferidos para a feira, fato nada incomum em relação à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e ao próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em sua terceira visita ao evento, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva afirmou:

A Agrishow é uma demonstração da evolução da agricultura e da pecuária brasileiras. Nossa produtividade por hectare é a maior do mundo, nosso gado é criado a pasto, o chamado boi verde está livre de contaminação e é promotor de crescimento. O campo está fazendo do

realizadas desde 2004. Na lista ainda a própria *Agrishow FFH* (Frutas, Flores e Hortaliças) realizada desde 2000 (Jundá/SP). Atenção para o fato de estar a frequência dos eventos sujeita à conjuntura. Dependendo da situação, as feiras podem ser suspensas para serem resgatadas em momento posterior. Conferir em *10 Anos ABAG. Em defesa do desenvolvimento do País e 15 Anos ABAG. Uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. Informações sobre os referidos eventos podem ser também obtidas em edições de *Panorama Rural*.

³⁴Entende-se por marca a “[...] união de atributos tangíveis e intangíveis [...] que cria influência e gera valor [...]” (MARTINS, 2006. p.9). A marca, quando bem gerenciada (*Branding*), ajuda a fidelizar o consumo, estabelece identidades/relações em que valores são compartilhados. Sob a marca “*Agrishow*” trabalha-se o consenso em torno da ideia de que desenvolvimento tecnológico significa desenvolvimento rural. Para uma leitura sobre *Marcas e Branding* conferir a obra citada.

³⁵A título de exemplo pode-se registrar a participação do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, 1999 e 2001. Ano em que recebeu o Prêmio *Agrishow*. Cabe lembrar ter sido criação do governo de FHC o Fórum Nacional de Agricultura. Contudo, a homenagem se deu graças a implementação do Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras) tendo como objetivo o financiamento de tratores agrícolas, implementos e colheitadeiras. Segundo Sérgio Magalhães, então presidente da *Agrishow*, o programa era “[...] um antigo plano [...], difícil de ser conseguido”. Cf. *Panorama Rural*, ano 2, n.28, Jun./2001, p.44. Já Luiz Inácio Lula da Silva teria comparecido a quatro eventos. O último deles foi em Maio de 2009 quando realizou um balanço do primeiro ano do *Programa Mais Alimentos*, linha especial de crédito que destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural. Ver em <<http://www.mda.org.br>>. Atenção aos interesses em torno dos negócios alimentados pela referida linha de crédito, bem como para a aproximação de determinados setores patrocinada pelo Estado.

Brasil um país rico e de destaque em todo o mundo. (Panorama Rural, ano 5, n.64, 2004, p.35, grifo meu)

Afirmção que demonstra bem a percepção do Executivo em relação ao setor e o lugar atribuído ao mesmo.

Figura cuja colaboração à causa do evento é destacada, Antônio Palocci chegou a receber a *Moeda Oficial Agrishow*.³⁶ Prefeito de Ribeirão quando foi realizada a primeira edição da feira, Palocci prestigiou o evento como Ministro da Fazenda tendo como companhia o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Grynszpan (2008) chega a relacionar a indicação de Roberto Rodrigues para Ministro da Agricultura no Governo Lula (2003) à aproximação entre Rodrigues e Palocci durante as negociações para a criação da Agrishow. Contudo, não devemos esquecer a blindagem política que significava a nomeação de um dos mais importantes dirigentes do Agronegócio para a Pasta. O próprio Presidente da República sempre reconheceu a natureza estratégica da nomeação de Rodrigues: “Roberto veio num momento excepcional, nos primeiros meses do Governo, para dar o toque de harmonia necessário e acabar com qualquer suspeição na relação entre o Governo e o setor de agronegócio nesse País.” (Anais do 2º CBA, p.79)

A saída de Roberto Rodrigues do Ministério foi retratada pela imprensa como a queda da “muralha” que continha os ataques de um setor que sempre fora hostil a Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda sobre a Agrishow/RP, vale frisar que reunindo autoridades, empresas do setor, associações de classe e agências financeiras, a feira materializa a própria ideia de *Sistema*. No cenário de negócios, as conexões entre política e economia são expostas no cotidiano das transações e discussões.

Importa também destacar a parte “Dinâmica” da feira onde são feitas demonstrações práticas das novidades em termos de maquinaria e implementos agrícolas. Difundido como o principal fator de sucesso da iniciativa seu conceito seria originário do *Farm Progress Show* dos EUA e da *Expochacra* da Argentina. Segundo seus organizadores, no Brasil, as primeiras experiências teriam ocorrido em Londrina (PR) no ano de 1992 e Uberlândia (MG) em 1993. O nome de Brasília de Araújo Neto é lembrado. Teria sido Araújo Neto,

³⁶Homenagem aos colaboradores à causa do *Agronegócio*. A referida premiação ocorreu em 2004.

proprietário e então presidente da Sociedade Rural do Paraná, que implementara o conceito em nosso País.

Em relação ao perfil de expositores e visitantes, segundo informações do website da Agrishow, temos entre os primeiros os seguintes setores: máquinas e implementos agrícolas, equipamento e instalações para pecuária, informática, peças e acessórios entre outros. Entre as categorias de visitantes: agricultores, pecuaristas, agroindustriais, estudantes, gerentes comerciais e de marketing, além de profissionais de entidades de classe.

Importa mencionar que o evento recebe o apoio institucional do Governo do Estado de São Paulo e patrocínio institucional do MAPA. Além de organização e promoção da Reed Exhibitions e Alcantara Machado.³⁷

O esforço para desmistificar a Agrishow/RP como uma feira voltada ao grande produtor igualmente chama atenção. Entre as medidas implementadas: a inclusão de culturas que podem ser rentáveis em pequenas áreas, a venda de máquinas e implementos para pequenos e médios produtores, bem como a organização de caravanas de pequenos produtores para visitar o evento.

Para concluir, vale destacar o *Projeto Comprador da APEX* (Agência de Promoção de Exportações do Brasil – órgão do Ministério do Desenvolvimento) em parceria com o Sebrae-SP, cujo intuito é promover atividades comerciais entre fabricantes nacionais e empresas distribuidoras internacionais. A iniciativa chega a patrocinar a vinda de representantes de diversos países, tais como: Argentina, México, China, Uruguai, África do Sul, Itália, Holanda, Jordânia, Rússia etc.

CBA's e Fóruns Abag

³⁷Criada em abril de 2007, a Reed Exhibitions Alcantara Machado é resultado da joint venture firmada entre aquela que seria a maior promotora de feira do mundo – a Reed Exhibitions – e a aquela que seria a maior da América Latina – a Alcantara Machado Feiras de Negócios. A parceria teve início em 2006, com a realização da FEICON BATIMAT (Feira Internacional da Indústria da Construção), seguida da ISC BRASIL (Feira de Segurança Eletrônica) e do SISP (Salão Imobiliário São Paulo). A Reed Exhibitions Alcantara Machado detém mais de 30 feiras de negócios, dos mais diversos segmentos da indústria. Entre os objetivos da promotora, temos: propiciar aos expositores e seus clientes a oportunidade de incrementar negócios, trazer eventos internacionais para o Brasil, bem como realizar novas parcerias. A empresa passou a organizar a Agrishow em 2008 substituindo a organização da ABIMAQ. Fato fruto do processo de especialização implementado pela referida Associação e que repercutiu na própria organização de *Panorama Rural*.

Os congressos e fóruns promovidos pela ABAG constituem espaços onde agentes do setor debatem questões de interesse comum das cadeias produtivas propondo caminhos a seguir. De tal forma, a formatação de ambos os eventos tendem a evitar oportunidade para a manifestação do dissenso decorrente do estranhamento de agentes com interesses tão amplos e diferentes. A própria abordagem de temas de interesse majoritário consolida o valor estratégico das referidas iniciativas para a unidade do discurso, bem como para a organização da ação coletiva.

Cabe observar que a participação de autoridades, em ambos os eventos, nos remete a natureza de um *Estado Ampliado*³⁸ evidenciando as relações de poder que alimentam o projeto predominante na organização de atividades e agentes em torno da agricultura no Brasil, em tempos de Agronegócio. Fato que é explícito na própria formação das mesas de trabalho, constituídas por agentes cujas posições sociais destacam a força das *networks* formadas em torno do *Sistema* e o potencial do setor para institucionalizar seus interesses.

Implementados em fins da gestão de Roberto Rodrigues, os CBAs, em suas últimas versões, vêm favorecendo inclusive a aproximação entre empresariado rural e agentes de fora do *Sistema* – avaliados como importantes aliados no jogo das *relações de força*³⁹ – considerado o equilíbrio de compromissos como base da hegemonia. Nesse sentido, atenção à aproximação entre o Agronegócio e determinadas ONGs sob a justificativa de construção do que constituiriam novos modelos de governança, cuja incorporação pelas bases do *Sistema* tem se dado enquanto mecanismo de legitimação e de expansão do *business*.

Segundo Rodrigues, a dimensão da ABAG em termos de importância política e representativa só teria sido alcançada a partir dos próprios CBAs. Embora reconheça o impacto causado pelas obras de autores/atores ligados à Associação, algumas já mencionadas, o ex-Ministro da Agricultura afirma ter sido o evento responsável pela projeção nacional e internacional da Associação Brasileira do Agronegócio. Haveria toda uma expectativa em torno dos Congressos Brasileiros de Agribusiness cujas temáticas viriam sendo cada vez mais abrangentes, afirma um dos patronos e ex-presidente da ABAG.

³⁸O Estado entendido em toda sua complexidade. Este não se limita a um aparato político-administrativo ou político-militar. O Estado é apreendido enquanto um espaço onde se dá a produção conflitiva do consenso considerando os grupos da sociedade civil que o compõem e disputam sua inserção nele. (GRAMSCI, v.3)

³⁹Para detalhes sobre uma análise das relações de força conferir Gramsci (2007, v.3, p. 3-4).

A iniciativa tem na lista de patrocinadores o Banco do Brasil, a BayerCrosscience, a Bunge, a BM&F Bovespa, a Sadia, a Unica, a Abimaq, a Anfavea, a Vale etc. Sob *patrocínio master* destaque para a participação da Petrobras e do próprio Banco do Brasil. Já em apoio institucional, a ABAG conta com sua co-irmã de Ribeirão Preto, com a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e com o MAPA.

Atenção ao temário dos CBAs. É possível notar uma sequência que expressa não só a agenda do Agronegócio, mas identifica as questões em torno das quais se busca a construção dos famosos *common grounds* no intuito de potencializar as ações das agências do *Sistema*, como já assinalado. Nesse sentido, os sete primeiros eventos⁴⁰ foram realizados sob os seguintes títulos: *Plano Estratégico 2002/2010 (2002)*; *Construindo Estratégias (2003)*; *Criando Vantagens Competitivas (2004)*; *Alimentos, Energia e Sustentabilidade (2005)*; *Bases para o Futuro (2006)*; *Brasil: um só agronegócio (2007)* e *Agronegócio e Sustentabilidade (2008)*.

Considerando o discurso da necessidade de um tratamento sistêmico dos problemas do setor, temos a ênfase em: Infra-estrutura e Logística; Crédito e Seguro Rural; Relações Comerciais com foco no processo negociador no âmbito da OMC, em particular os impactos sobre o *Agribusiness* e por fim, a valorização da imagem do setor.

Vale mencionar um dos mecanismos que mais tem se destacado como solução aos gargalos identificados. Trata-se da criação e consolidação de parcerias – baseadas em PPP's ou em acordos entre os próprios atores/agências do *Agribusiness* “nacional” e/ou internacional – as quais têm naturalizado a atuação do empresariado rural através de redes sociais cada vez mais amplas e diversificadas.

Importa assinalar que, desde o ano de 2004, as atividades do CBA incluem momento para homenagear um agente de destaque do setor. O homenageado é agraciado com o troféu “*Personalidade do Agronegócio*”. Isaac Ribeiro F. Leite (Fundador da COOXUPÉ e sócio fundador da ABAG) foi o primeiro a receber o troféu. No ano seguinte, Fernando Penteadó Cardoso (Presidente da Fundação Agricultura Sustentável- Agrisus) foi o escolhido. Já em 2006 foi a vez de Alysson Paulinelli (Consultor da Listen Local

⁴⁰Destaco que o período da pesquisa, da qual esta apresentação é fruto, cobriu os anos de 1990 a 2008. Atualmente, a ABAG prepara seu décimo CBA sob o título de “*Mudanças e Paradigmas*” que, tradicionalmente, será realizado no corrente mês.

Information System). Roberto Rodrigues foi o homenageado de 2007 e Shunji Nishimura (fundador do Grupo Jacto) o eleito de 2008.⁴¹

Em relação à participação de instituições de ensino nos CBAs observamos a presença do IBMEC (em 2003, 2006 e 2007, com Eduardo Giannetti), da Faculdade de Economia da USP (em 2004 com seu Diretor Yoshiaki Nakano), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ESALQ (em 2004 com seu Diretor José Roberto Postali Parra), do PENSA (em 2003 com Décio Zylbersztajn), da Universidade de São Paulo (em 2008 com Jacques Marcovitch) e da Universidade de Illinois (em 2008 com Robert L. Thompson).

Entre as agências governamentais, presença marcante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo. Já entre as associações de classe temos as seguintes participações: CNA (em 2006 e 2008), OCB (em 2003, 2004, 2006 e 2008) e SRB (de 2003 a 2006). A presença da SNA não é registrada em nenhum evento da ABAG.

Iniciativa datada de 2004, cuja ideia é atribuída a Carlo Lovatelli, os Fóruns ABAG constituem uma espécie de ante-sala para os CBAs. Os referidos eventos ocorrem em média a cada dois/três meses durante um “café da manhã” oferecido aos participantes. Momento no qual são apresentadas e discutidas questões (durante 2 ou 3 horas) relacionadas à construção de sinergia necessária ao desenvolvimento sustentado do *Sistema*. Nesse sentido, vale atentar para a eleição, inclusive, de temas para serem discutidos durante a realização dos próprios CBAs. Enfim, segundo Lovatelli, os Fóruns ABAG serviriam para reunir “[...] com frequência amigos do agronegócio brasileiro para debater temas de interesse prementes.”

Considerando o período de 2004 a 2008, destaque para quatro temáticas cujas interfaces com a competitividade – base da sustentabilidade econômica do *Agronegócio* – foram reafirmadas pelos *stakeholders* que deram o tom dos referidos eventos. São elas:

⁴¹No atual ano, o homenageado será Flávio Páscoa Teles de Menezes, ex-presidente e atual membro da Sociedade Rural Brasileira.

Infra-estrutura e Logística (com ênfase para as Parcerias Público-Privadas); Taxa de Câmbio; Reforma Tributária e Normalização – regras de produção e acesso ao mercado.⁴²

Finalizando, devo chamar atenção para a presença de agentes do Agronegócio (ligados à ABAG) em agências do Estado. Estas também acabam se convertendo em bases de atuação do referido movimento político. Nesse sentido, atenção às nomeações para o cargo de Ministro da Agricultura, bem como para a Secretaria Estadual de Agricultura do Estado de São Paulo. Atualmente, a referida secretaria é chefiada por Mônica Bergamaschi. Sobre sua nomeação, Carlos Lovatelli declarou:

O Governador [Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho] fez uma excelente escolha nomeando a Mônica, ela é competente e conhece profundamente a agricultura brasileira e do Estado de São Paulo, além de ter uma participação ativa em assuntos importantes como do novo Código Florestal".
(website da ABAG)

A secretaria é ex-aluna de Roberto Rodrigues e foi sob sua responsabilidade que a Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, criada por sugestão do empresário e patrono do Agronegócio⁴³, implementou significativa iniciativa de valorização institucional do setor. Refiro-me ao Programa *Agronegócio na Escola*. Em funcionamento desde 2001, o programa revela o uso da “*função externa*” (BOURDIEU, 2008) do sistema de ensino no processo de convencimento inerente às ações dos atores sociais no sentido de institucionalizarem seus interesses.

⁴² No período pesquisado foi registrada a realização de 13 eventos com a seguinte sequência de temas: 1º) *PPP's - Parcerias Público-Privadas* (novembro de 2004); 2º) *O Impacto do Câmbio no Agronegócio* (março de 2005); 3º) *Infra-estrutura e Logística no Agronegócio* (julho de 2005); 4º) *Sanidade Vegetal e Sanidade Animal no Brasil* (setembro de 2005); 5º) *Propostas do Agronegócio para os candidatos à Presidência da República* (março de 2006); 6º) *Sustentabilidade* (setembro de 2006); 7º) *Agroenergia* (dezembro de 2006); 8º) *Propostas do Agronegócio* (junho de 2007); 9º) *Certificação do Agronegócio* (outubro de 2007); 10º) *Barreiras Técnicas de Comércio e Sustentabilidade* (março de 2008); 11º) *Reforma Tributária e Impactos no Agronegócio* (maio de 2008); 12º) *Agroenergia e Sustentabilidade* (outubro de 2008) e; 13º) *Conjuntura Econômica e o Agronegócio* (dezembro de 2008).

⁴³ Segundo Bergamaschi, a Associação tem sua origem (2001) na mobilização de um grupo de usineiros paulistas para valorizar a imagem de suas atividades na região. Diante do interesse do referido grupo para a formação de um *Consórcio Paulista do Agronegócio*, Paulo Rodrigues teria convidado Roberto Rodrigues (seu pai) para uma reunião com os empresários de Ribeirão. O objetivo era que Rodrigues explicasse a dinâmica de uma associação multisetorial, considerando a ideia de *Agribusiness*. Durante o encontro, o convidado teria sugerido a criação de uma ABAG regional como forma de fortalecer a experiência já em curso com a ABAG nacional. Com ação restrita e objetivos bem definidos, além de autonomia financeira, nasceu a “co-irmã” da Associação Brasileira do Agronegócio. Estas informações foram obtidas em entrevista realizada com Mônica Bergamaschi, então diretora executiva da ABAG/RP e diretora da ABAG nacional e do ARES, entre outras ocupações.

E é considerando tal processo, no que diz respeito ao Agronegócio, que devemos questionar o consenso em torno da existência de uma interpretação da realidade na qual se insiste em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico. Cenário no qual devemos estar atentos aos desequilíbrios do *Sistema* para que suas consequências, em termos socioambientais, não sejam prontamente aceitas sob uma espécie de mística ao crescimento, seja ele de que tipo for e pouco importando o que aliene.

Bibliografia

1. BOURDIEU, P. *A reprodução: elementos para uma teoria dos sistemas de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.
2. BRUNO, R.L. *O ovo e a serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Campinas: Unicamp, 2002. Tese - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
3. DELGADO, G. *Capitalismo financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. SP: Ícone, 1985.
4. EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. SP: Livros da Terra, 1996.
5. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. V.1-3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
6. LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
7. MARTINS, J.R. *Branding. Um manual para você criar, gerenciar e avaliar marcas*. Global Brands, 2006.
8. MENDONÇA, S.R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento, 1964-1990*. SP: Expressão Popular, 2006.
9. MOREIRA, R.J. _____. Renda da Natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: *Estudos e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.4, p.89-111, 1995.
10. _____. Assimetrias de poder, cultura, territórios ecossistêmicos e globalização. In: *Mundo Rural IV: configuração rural-urbanas: poderes e políticas*. RJ: Mauad X: Edur, 2007.
11. RAMOS, P. [et.al]. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007.
12. SILVA, J.G.da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. RJ: Zahar, 1982.

13. _____. *As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia, 1985/89*. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Campinas: SP, Sober, 1991. p.261-285.
14. _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.

Fontes

1. ABAG

- Construindo Estratégias. 2003. Brasília. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2003 jun. 24-25. 83p.
- Bases para o Futuro. 2006. São Paulo. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2006 ag. 1-2. 82p.
- *Estatuto da Associação Brasileira de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2004. 9p.
- *10 Anos ABAG. Em defesa do desenvolvimento do País*. São Paulo: ABAG, 2003. 30p.
- *15 Anos ABAG. Uma História de Realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. São Paulo: ABAG, 2008. 54p.
- *Informativos ABAG* referentes ao período de 2004 a 2008.
- *Segurança Alimentar. Uma abordagem de Agribusiness*. São Paulo: Edições ABAG, 1993. 162p.

2. ARAÚJO, N.B. de; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L.A. *Complexo Agroindustrial. O Agribusiness Brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990. 238p.

3. _____. *Agribusiness. O Complexo Agroindustrial Brasileiro*. São Paulo: Edições ABAG, 1992.

4. ARAÚJO, N.B de; PINAZZA, L.A. *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. São Paulo: Globo, 1993. 166p.

5. BATALHA, M.O, et al. *Recursos Humanos e Agronegócio: a evolução do perfil profissional*. Jaboticabal: Novos Tempos, 2005. 320p.

6. CONTINI, E.; NUNES, E.P. *Complexo Agroindustrial. Caracterização e dimensionamento*. Brasília: ABAG, 2001. 109p.

7. REZENDE, F. *A metamorfose do Estado*. São Paulo: Edições ABAG, 1993. 173p.

8. RODRIGUES, R. *Ney Bittencourt. O dinamismo do agribusiness*. São Paulo: s.ed., 1997. 265p.

Websites

- <<http://www.abag.com.br>>
- <<http://www.abagrp.org.br>>
- <<http://www.agrishow.com.br>>
- <<http://www.panoramarural.com.br>>
- <<http://www.expogestão.com.br>>
- <<http://www.mda.org.br>>
- <<http://www.folhaonline.com.br>>
- <<http://www.gvagro.fgv.br>>
- <<http://www.iconebrasil.org.br>>
- <<http://www.institutoares.org.br>>

Leituras recomendadas

1. BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra, a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. RJ, Ed.UFRRJ, 1997.
2. LACERDA, E.V. *Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness*. Dissertação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2009.
3. MARQUES, P.E.M. *Segurança Alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no campo de disputa e produção ideológica*. Dissertação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 1996.
4. MENDONÇA, S.R. A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras. In: *Revista História Hoje*. SP, v.2, n.6, p. 1-16, 2005.
5. Pinto, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2010.
6. SEVERINO, C.F. “Novas estratégias de organização política dos empresários: o caso da ABAG.” *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS*, 2004.

* Este artigo é fruto de pesquisa realizada para elaboração de dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Intitulada *Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)*, a referida dissertação foi desenvolvida sob orientação da Profª. Drª. Regina A. L. Bruno. Cabe assinalar que, recentemente, a ABAG passou a ser designada como Associação Brasileira do Agronegócio. Denominação a qual passo adotar.

** Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em História do Brasil Pós-30 pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Sociologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

E-mail: lacerda.e@gmail.com